



PARECER CONCLUSIVO

ÓRGÃO PÚBLICO CONVENIENTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO**

ENTIDADE CONVENIADA: **CASA DA CRIANÇA FUTURO FELIZ - CRIFF**

CNPJ: **02.173.852/0001-06**

RESPONSÁVEL (IS) PELA ENTIDADE: **IGNEZ OTUBO FERREIRA MORAES**

Nº DO CONVENIO: **017/2014**

VALOR DO CONVÊNIO: **R\$ 6.800,00 (Seis mil e oitocentos reais)**

EXERCÍCIO: **2014**

Nº DO TERMO ADITIVO: **1º**

VALOR DO TERMO ADITIVO: **R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais)**

VALOR DO REPASSE: **R\$ 36.800,00 (Trinta e seis mil e oitocentos reais)**

Atestamos para fins de comprovação da aplicação dos recursos transferidos à Entidade acima, nos termos do artigo 370 das instruções nº 002/2008 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que:

I – A Entidade está localizada à Rua das Cegonhas, nº 36, Jardim Hatori I, no município de Registro/SP e encontra-se em regular funcionamento. Conforme estabelece o artigo 2º do estatuto social a entidade tem por finalidade atender crianças órfãs, abandonadas e vitimadas, de zero a onze anos e onze meses.

II – Recebemos a prestação de contas, nos prazos regulamentares. Não houve aplicação de sanções, considerando a devida comprovação para a finalidade conveniada;

III – Datas dos repasses concedidos e das respectivas prestações de contas:

REPASSE CONCEDIDO		PRESTAÇÃO DE CONTAS
DATA	FONTE DE RECURSO	DATA
26/02/2014	FEDERAL	06/03/2014
14/03/2014	FEDERAL	10/04/2014
16/04/2014	FEDERAL	09/05/2014
15/05/2014	FEDERAL	11/06/2014
18/06/2014	FEDERAL	15/07/2014
21/07/2014	FEDERAL	12/08/2014
18/08/2014	FEDERAL	12/09/2014
20/10/2014	FEDERAL	05/11/2014
10/11/2014	FEDERAL	04/12/2014
12/12/2014	FEDERAL	13/01/2015

IV – Apresentamos no quadro abaixo os valores transferidos, identificando numero, data e valor da respectiva nota de empenho, por fonte de recurso:

Nº DO EMPENHO	DATA DO EMPENHO	FONTE DE RECURSO	VALOR DO EMPENHO	VALOR TRANSFERIDO
1521/001	24/02/2014	FEDERAL	R\$ 1.700,00	R\$ 1.700,00
1521/002	06/03/2014	FEDERAL	R\$ 850,00	R\$ 850,00
1521/003	14/04/2014	FEDERAL	R\$ 850,00	R\$ 850,00
1521/004	12/05/2014	FEDERAL	R\$ 850,00	R\$ 850,00
1521/005	16/06/2014	FEDERAL	R\$ 850,00	R\$ 850,00
1521/006	18/07/2014	FEDERAL	R\$ 850,00	R\$ 850,00



1521/007	14/08/2014	FEDERAL	R\$ 850,00	R\$ 850,00
11872/001	16/10/2014	FEDERAL	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
11872/002	05/11/2014	FEDERAL	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
11872/003	09/12/2014	FEDERAL	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
			TOTAL	R\$ 36.800,00

V – Não houve rendimentos de aplicação financeira.

VI – Abaixo os valores aplicados no objeto do repasse e não houve glosas, conforme quadro abaixo:

DATA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	VALOR APLICADO
06/03/2014	R\$ 1.700,00
10/04/2014	R\$ 850,00
09/05/2014	R\$ 850,00
11/06/2014	R\$ 850,00
15/07/2014	R\$ 850,00
12/08/2014	R\$ 850,00
12/09/2014	R\$ 850,00
05/11/2014	R\$ 10.000,00
04/12/2014	R\$ 10.000,00
13/01/2015	R\$ 10.000,00
TOTAL	R\$ 36.800,00

VII – Não houve devolução de valor glosado.

VIII - Não houve devolução de eventuais saldos não utilizados.

IX- O item IX do artigo 370 das Instruções Normativas 002/2008 não se aplica a repasse a entidades do Terceiro Setor;

X - Constitui objeto deste convênio o desenvolvimento, pelos partícipes, de atividades destinadas à prestação de serviços assistenciais compreendidos na área da criança de 0 a 11 anos e 11 meses e vinte e nove dias, em situação de necessidade de acolhimento provisório, objetivos e diretrizes da LOAS e na conformidade da Política Municipal de Assistência Social, do Plano Municipal de Assistência social e do plano de Trabalho que constitui parte integrante deste Convênio. A opção pelo conveniamento no presente caso se justifica por se revelar a forma mais vantajosa de prestação de serviços de interesse público na área de atuação em questão, sob o prisma da relação custo-benefício entre os fins alcançados e os recursos empregados para tanto, observando, assim, o princípio da economicidade.

Registramos, também, que todos os valores que constam do Plano de Trabalho expressam e comprovam a execução das ações propostas. No que diz respeito aos quantitativos de cada bem e serviço que consta do Plano de Trabalho, esclarecemos que foram analisados pela equipe técnica competente deste ente, que confirmou que a execução do objeto efetivamente demanda o uso de bens e serviços naquelas exatas quantidades. Considerando à excepcionalidade desta opção para formar o vínculo de cooperação, visto que o Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes preconizado na Lei nº 8.742 do SUAS, se faz necessário para que o Município possa atender aos serviços tipificados da Assistência Social. O critério de escolha do conveniado se deu por conta de não existir no Município nenhum equipamento da área da Assistência Social, que realize o serviço de Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes.

As atividades a serem executadas pela Entidade:

- Acolher e garantir proteção integral;
- Contribuir para a prevenção do agravamento de situações de negligência, violência e ruptura de vínculos;
- Restabelecer vínculos familiares e/ou sociais;
- Possibilitar a convivência comunitária;



- Promover acesso à rede socioassistencial, aos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e às demais políticas públicas setoriais;
 - Favorecer o surgimento e o desenvolvimento de aptidões, capacidades e oportunidades para que os indivíduos façam escolhas com autonomia;
 - Preservar vínculos com a família de origem, salvo determinação judicial em contrário;
 - Promover o acesso a programações culturais, de lazer, de esporte e ocupacionais internas e externas, relacionando-as a interesses, vivências, desejos e possibilidades do público.
- Atestamos, portanto, a adequação e real necessidade dos gastos previstos no Plano de Trabalho.

XI – Houve o cumprimento das cláusulas pactuadas em conformidade com a regulamentação que rege a matéria;

XII – Houve a regularidade dos gastos efetuados e sua perfeita contabilização, atestados pela Secretaria Gestora e pelo Controle Interno do Município;

XIII - O item IX do artigo 370 das Instruções Normativas 002/2008 não se aplica a repasse a entidades do Terceiro Setor;

XIV – Os recursos foram aplicados em conformidade com o objeto do repasse, de acordo com o estabelecido no respectivo Plano de Trabalho e de metas;

XV – Os originais dos comprovantes de gastos contêm a identificação da entidade beneficiária, o tipo de repasse, o número do convênio e o órgão repassador do recurso a que se referem.

XVI – Houve a regularidade dos recolhimentos de encargos trabalhistas.

XVII - Foram atendidos os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

XVIII - A existência e o funcionamento regular do Controle Interno do Município, cujo responsável é o Senhor Ricardo Ferreira Hiraide, portador do CPF nº 215.917.248-05.

CONCLUSÃO

Em face de todo o exposta acima, emitimos **PARECER CONCLUSIVO FAVORÁVEL** à Prestação de Contas ora apresentada.

Registro, 13 de maio de 2015

CRISTIANE MARQUES

Secretária Municipal de Assistência Des. Social e Economia Solidária

RICARDO FERREIRA HIRAIDE

Diretor do Depto. Do Controle Interno da Prefeitura Municipal de Registro

GILSON WAGNER FANTIN

Prefeito Municipal de Registro